



MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Conselho Nacional de Previdência Social

ATA

315ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - CNPS -

Brasília/DF, 29 de julho de 2025

ATA DA 315ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPS

DATA: 29 de julho de 2025

LOCAL: MPS, Bloco F, 9º andar

PRESENCAS

Representantes do Governo MPS – Wolney Queiroz Maciel MPS – Adroaldo da Cunha Portal SRGPS/MPS – Benedito Adalberto Brunca INSS – Marcia Eliza de Souza DATAPREV – Ubiramar Mendonça DRGPS – Eduardo da Silva Pereira SRGPS/MPS – Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza	Representantes dos Trabalhadores em Atividade FS – Odair Antonio Bortoloso CUT - Ari Aloraldo do Nascimento CTB – Rolando Medeiros
Representantes dos Aposentados e Pensionistas CUT – Renato Carvalho Zulato CSB – Ernesto Luiz Pereira Filho FS – Eduardo de Vasconcellos Correia Annunciato UGT – José Luiz Amorim	Representantes dos Empregadores CNF – Ivo Esteves Alonso Mósca CNC – Helio Queiroz da Silva CNA – Jéssica Mercês Ferreira do Nascimento
Equipe Técnica Secretaria-Executiva – Vanessa Barramacher Tocantins Secretaria-Executiva – Anderson Fernandes Ferreira da Silva Secretaria-Executiva – Vanessa Ribeiro Almeida Secretaria-Executiva – Pedro Henrique da Silva Lima Secretaria-Executiva – Taylor Santos Gama Cerimonial – Milana Fontes RDK – Lucas Rocha de Matos RDK – Igor dos Santos	

Ouvintes/Convidados	Imprensa
ANEPS – Giovanna Perroni	Poder 360 – Houldine Nascimento
ANEPS – Maria Andrade	Valor Econômico – Ruan Amorim
ANEPS – Soraya Chaves	
ANEPS – Samilla Fonseca	
Manuella Silva	
MPS – Ana Carolina Truty	
SINDUSPREV/RJ - Caleb Lopes	
Nathália Fernandes	
CGGA/SE – Patrick Barcellos Peixe	
CGGA/SE – Thiago Alves Faria	
GABIN – Anne Catarine	
ASCOM/FSB – Juliana Mendes	
ASCOM/MPS – Camilla Andrade	
ASCOM/MPS – Luiz	
ASCOM/MPS – Edson Leal	
DRGPS/SRGPS – Míriam Fernandes	
CONJUR/MPS – Felipe Cavalcante	
ASPAR – Aline Kelly	

I – ABERTURA

Presidindo a mesa, o **Presidente Wolney Queiroz Maciel** abriu a 315ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) cumprimentando a todos(as). Aprovou-se a ata da 314ª Reunião Ordinária do CNPS por unanimidade dos(as) presentes. Após, deu as boas-vindas aos novos integrantes do CNPS: Letícia Gomes Maia (Secretaria de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República); Ubiramar Mendonça (DATAPREV); Eduardo da Silva Pereira (DRGPS); Renato Carvalho Zulato (CUT); Elias Hennemann Jordão (CUT); Ernesto Luiz Pereira Filho (CSB); Eduardo de Vasconcelos Correia Annunciato (FS); e José Luiz Amorim (UGT). Ato seguinte, o **Senhor Presidente** pediu que fosse pautada na reunião seguinte uma metodologia permanente e previsível para definição do teto de juros do empréstimo consignado. Sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para aprofundar o debate e entender as sugestões dos representantes dos bancos, tendo o Governo como mediador. Em seguida, anunciou que transferiu vagas do Ministério da Previdência Social (MPS) no Conselho para outros representantes do Governo, como a Casa Civil e o Ministério da Fazenda (MF). Depois, afirmou que o Governo discordava da aplicação da taxa SELIC como base para o cálculo da taxa de juros do empréstimo consignado e pediu que o Sr. Adroaldo da Cunha Portal conduzisse os trabalhos do GT. Disse que o GT poderia ser constituído na reunião seguinte, tendo em vista que não tinha sido pautado para a presente reunião. Ainda, justificou a ausência do Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) Gilberto Waller Júnior. Isto posto, o Sr. **Ivo Esteves Alonso Mósca** reforçou a importância do GT proposto e afirmou que a elaboração de uma metodologia para o cálculo do teto da taxa de juros era uma demanda antiga.

II – ORDEM DO DIA

Instaurada a pauta sobre a indicação para o Fórum Interconselhos, que aconteceria entre os dias 13 e 14 de agosto, ao que o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** contextualizou o trabalho da instância e disse que eram seis vagas para nove representantes da sociedade civil do CNPS, solicitando a manifestação das bancadas sobre o interesse de participar. Então, o Sr. **Rolando Medeiros** lembrou que já existia uma lista de representantes do CNPS no Fórum, manifestando interesse em continuar, e o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** explicou que todos deveriam manifestar seu interesse. Assim, manifestaram-se: Rolando Medeiros, Ernesto Luiz Pereira Filho, Renato Carvalho Zulato, Ari Alorald do Nascimento, Helio Queiroz da Silva e Eduardo de Vasconcelos Correia Annunciato. Ato seguinte, passou-se ao item sobre a discussão do Plano de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026. Em posse da palavra, o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** avisou que a PLOA precisava ser consolidada até 31 de agosto e que sua aprovação fazia parte do escopo do CNPS. Anunciou os valores previstos como despesas discricionárias do MPS, a saber: R\$ 4,4 milhões para os regimes de previdência; R\$ 6,6 milhões para a perícia médica federal; R\$ 127 milhões para a administração central, totalizando R\$ 138 milhões. Continuamente, a Sra. **Manuella Silva**, Diretora de Orçamento, Finanças e Logística do INSS, apresentou o Orçamento do Instituto, composto pelas despesas discricionárias que totalizariam R\$ 2,8 bilhões necessários para 2026, dos quais R\$ 868 milhões seriam para suprir as restrições de 2025. Comparou a execução do INSS de 2022 a 2026 e detalhou as despesas discricionárias desde 2023. Listou as seguintes consequências da restrição: a ausência de crédito orçamentário para honrar as despesas já contratadas a partir de setembro de 2026, como os serviços da Empresa de Tecnologia e Informações da

36 Previdência (DATAPREV); o não pagamento dos R\$ 193 milhões de débitos de exercícios anteriores; a ausência de crédito
37 orçamentário para prorrogação dos contratos de vigilância, limpeza, higienização e apoio administrativo nas agências após
38 outubro de 2026; e a ausência de crédito orçamentário para prorrogação dos contratos das centrais de atendimento após
39 novembro de 2026. Sobre o Fundo do Regime Geral da Previdência Social (FRGPS), relatou que a execução em 2024 foi de
40 R\$ 943 bilhões e os projetados para 2025 e 2026, respectivamente, eram de R\$ 1,036 trilhões e R\$ 1,126 trilhões. Sugeriu
41 que a receita própria arrecadada pelo INSS fosse destinada ao custeio das atividades operacionais do Instituto. Apresentou
42 também o panorama das receitas próprias do FRGPS e do INSS. Então, o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** pediu que fosse
43 distribuída a minuta de Resolução sobre a PLOA e fez a leitura do documento. Iniciando as manifestações, o Sr. **Ubiramar**
44 **Mendonça** lembrou que a DATAPREV dependia do orçamento do MPS e que o cenário apresentado geraria dificuldades
45 financeiras para a entidade. A seguir, o Sr. **Rolando Medeiros** rememorou a dívida história de vários órgãos com o INSS e
46 afirmou que a falta do suporte da DATAPREV configuraria um cenário grave. Demonstrou preocupação com o orçamento
47 e pediu a atuação e articulação do Ministro do MPS para melhoria do cenário, ao que o **Senhor Presidente** concordou e
48 acrescentou que o debate orçamentário era permanente no Governo e deveria ter como base o interesse público. Disse
49 que tinham sido estabelecidas prioridades e que lutaria mês a mês em busca do orçamento. Após, o Sr. **Odair Antônio**
50 **Bortoloso** indagou se o MPS tinha planos de cobrar as empresas que sonegavam impostos, especificamente aquelas que
51 descontavam os encargos trabalhistas dos funcionários e não repassavam os valores ao Tesouro, e o **Senhor Presidente**
52 arrazoou que não cabia ao MPS. Então, o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** sugeriu que a Receita Federal e a Procuradoria
53 Geral da Fazenda Nacional fossem convidadas a tratar do tema da arrecadação previdenciária no CNPS, o que foi aceito
54 pelos presentes. Adiante, o Sr. **Ari Aloraldo do Nascimento** sugeriu que os números do INSS e da Previdência fossem
55 compilados e distribuídos aos Conselheiros, a fim de subsidiar os debates futuros, sendo que o **Senhor Presidente**
56 concordou. Depois, o Sr. **Ernesto Luiz Pereira Filho** insistiu no debate sobre a cobrança da sonegação, desejou que o CNPS
57 se dedicasse à pauta e argumentou que os beneficiários não deveriam sofrer com a falta de recursos financeiros. O **Senhor**
58 **Presidente** julgou o tema apropriado e o Sr. **Hélio Queiroz da Silva** lembrou que muitas das dívidas estavam judicializadas
59 e negociadas, enquanto o Sr. **Adroaldo da Cunha Portal** confirmou que o Governo cobrava os valores, porém o modelo de
60 cobrança dificultava o sucesso. Acrescentou que as novas representações no CNPS poderiam contribuir com o debate, mas
61 garantiu que não era papel do Conselho buscar soluções para a questão. Não havendo mais manifestações, o **Senhor**
62 **Presidente** colocou a minuta de Resolução sobre o PLOA em votação, sendo aprovada pela unanimidade dos presentes.
63 Ainda, o Sr. **Rolando Medeiros** sugeriu a criação de um dispositivo que impedisse os refizes em casos de apropriação indébita
64 de contribuições previdenciárias. Ato seguinte, instaurou-se o item de pauta sobre a atualização dos descontos
65 associativos indevidos e o início do pagamento do ressarcimento. O **Senhor Presidente** relatou a audiência de conciliação
66 que levou ao acordo de ressarcimento por meio de Medida Provisória, que concedeu R\$ 3,3 bilhões em créditos
67 extraordinários. Afirmou que o tema tinha sido tratado com prioridade pelo Governo e relatou que os ressarcimentos
68 tinham começado em 24 de julho. Valorizou a parceria com os Correios para capilarização do atendimento aos
69 aposentados e informou que, à data, um milhão de beneficiários tinham recebidos os pagamentos, de um total de 2,3
70 milhões aptos a receber. Somou que as investigações e medidas judiciais contra as associações fraudulentas envolvidas na

71 fraude continuavam. Seguidamente, a Sra. **Márcia Eliza de Souza** disse que o desejo era que todos fossem ressarcidos em
72 até dois meses e o **Senhor Presidente** agradeceu o Sr. Gilberto Waller Júnior pela eficiência e dedicação diante do
73 problema. Isto posto, o Sr. **Hélio Queiroz da Silva** parabenizou o Ministro do MPS pela condução digna da crise e pelos
74 resultados apresentados e solicitou que os benefícios de empréstimo consignado suspensos fossem retomados. A Sra.
75 **Márcia Eliza de Souza** esclareceu que os empréstimos estavam bloqueados, mas que a opção de desbloqueio estava
76 disponível para todos através da biometria. Acrescentou que estavam sendo estudadas outras maneiras de efetivar os
77 desbloqueios temporariamente até o aumento das bases de dados da biometria e reafirmou que o objetivo da medida era
78 aumentar a segurança dos beneficiários. Ainda sobre a questão, o **Senhor Presidente** explicou que o endurecimento do
79 acesso à descontos foi decorrente dos descontos associativos irregulares e opinou que o desbloqueio deveria ser apenas
80 por biometria. O Sr. **Adroaldo da Cunha Portal** insistiu que a biometria aumentava a segurança, o que julgou como
81 fundamental e indispensável, apesar de reconhecer as dificuldades enfrentadas pelos idosos, e argumentou que o
82 adiamento da implementação do sistema abria espaço para fraudes. Depois, o Sr. **Eduardo da Silva Pereira** citou que o
83 Governo tinha regulamentado o uso da biometria para concessão e manutenção de benefícios da seguridade social e que
84 seriam regulamentadas as exceções. Então, o Sr. **Ivo Esteves Alonso Mósca** concordou com o uso da biometria, desde que
85 houvesse uma alternativa para os casos em que o sistema não fosse viável, sugerindo o uso das credenciais bancárias, que
86 usavam outros modelos de biometria. A seguir, o Sr. **Rolando Medeiros** relatou a reclamação dos gestores do Rio de
87 Janeiro com relação à dificuldade para cadastro da biometria tanto pelo Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN)
88 quanto pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE), ao que o Sr. **Ubiramar Mendonça** explicou que, no último caso, ocorria uma
89 demora da transmissão das informações para o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, posteriormente, para o INSS. Diante do
90 exposto, o **Senhor Presidente** pediu que fosse consultado o tempo que a informação demorava para ser transmitida.
91 Adiante, o Sr. **Ari Aloraldo do Nascimento** enfatizou a importância do uso da tecnologia para garantir a segurança e
92 relembrou o debate a respeito dos escritórios de advocacia que lesavam os aposentados, cenário agravado pelos
93 descontos associativos ilegais, além de pedir atenção com os ressarcimentos indevidos resultantes de tais escritórios.
94 Ainda, lembrou que muitas entidades associativas tinham sido lesadas, porém não faziam parte dos esquemas de
95 descontos ilegais. O **Senhor Presidente** concordou que existiam entidades idôneas e garantiu que estava buscando
96 mecanismos para preservá-las. Com a palavra, o Sr. **Ernesto Luiz Pereira Filho** parabenizou a velocidade com que os
97 ressarcimentos estavam sendo viabilizados e confirmou que o Governo estava trabalhando para separar as entidades
98 lícitas das fraudulentas, além de apoiar a biometria. Registrou que tinham sido geradas 660 Guias de Recolhimento da
99 União (GRU) para a sua entidade por inconsistência do sistema operado pelo INSS. Relatou que o caso tinha sido
100 apresentado ao Presidente do INSS e solicitou o suporte da DATAPREV e do INSS para corrigir os erros. Em resposta, o Sr.
101 **Ubiramar Mendonça** garantiu que providenciaria uma estrutura para orientar sobre a questão e o Sr. **Renato Zulato**
102 parabenizou o Ministro do MTE pelo trabalho e o CNPS pela qualidade e compromisso dos debates. Em conclusão, o
103 **Senhor Presidente** agradeceu as falas ao seu respeito e compartilho as conquistas com as equipes do MPS, do INSS, da
104 DATAPREV e do Governo. Neste diapasão, avançou-se ao item de pauta sobre as alterações no fluxo do AtestMed. Em
105 posse da palavra, o Sr. **Benedito Adalberto Brunca** disse que trataria das consequências da publicação da Medida

106 Provisória que abarca do assunto benefício por incapacidade temporária. Contextualizou o início da concessão dos
107 benefícios via análise documental, que desde 2023 estava sendo feito pelo AtestMed. Citou a redução do tempo de espera
108 decorrente da instalação do serviço e relatou que 70% dos requerimentos eram deferidos pelo sistema, enquanto os
109 demais eram remetidos para análise presencial. Explicou que a Medida Provisória nº 1.303, de 11 de junho de 2025,
110 estabeleceu um prazo referencial de 30 dias para aplicação da metodologia do AtestMed. Acrescentou que a Medida
111 Provisória também autorizou a ampliação em caráter excepcional e transitório do prazo máximo de duração do benefício
112 que tivesse que ser concedido através da análise documental. Mencionou também as Portarias MPS/INSS nº 59 e 60, de
113 17 de junho de 2025, a primeira de adequação e a segunda estabelecendo um prazo de 120 dias para a manutenção da
114 análise documental para benefícios por incapacidade com períodos de licença de até 60 dias, prazo que antes era de 180
115 dias. Tratou também das melhorias feitas ao AtestMed, como a premissa do ajuste na tomada de decisões por parte dos
116 médicos. Na sequência, o Sr. **Adroaldo da Cunha Portal** informou que, no dia seguinte, seriam nomeados 250 peritos
117 médicos federais, a serem distribuídos prioritariamente nas regiões que mais careciam dos serviços. Somou que, em breve,
118 seriam mais 250 nomeados, o que promoveria uma recomposição significativa no quadro e mudaria a distribuição da
119 oferta de perícias, diminuindo distâncias e, conseqüentemente, reduzindo as demandas nas áreas metropolitanas. O
120 **Senhor Presidente** acrescentou que foram 15 anos sem concurso público para peritos e que o concurso em questão tinha
121 sido organizado pelo MPS, além de ressaltar que a distribuição dos profissionais tinha sido estudada de forma a otimizar
122 os recursos humanos. Iniciando as manifestações, o Sr. **Renato Carvalho Zulato** relatou os casos recorrentes em que, após
123 uma incapacidade temporária, os trabalhadores eram orientados a voltar ao trabalho pelo INSS, porém os médicos do
124 trabalho não permitiam o retorno às atividades, deixando os trabalhadores desamparados. Pediu que a questão fosse
125 debatida e apontou que a diminuição da espera para perícia levaria ao aumento do número de conflitos como o exposto.
126 Em resposta, o Sr. **Adroaldo da Cunha Portal** relatou que 85% das solicitações de benefício por incapacidade temporária
127 eram deferidos, argumentou que os benefícios indeferidos geravam inconformidade para os trabalhadores e abordou a
128 realidade da incapacidade, inclusive com relação à dificuldade do trabalhador de voltar às suas atribuições. Disse que o
129 objetivo era atender quem de fato precisava do benefício, assim como reduzir os litígios e judicializações, e insistiu que
130 discordâncias sempre aconteceriam. Adiante, apresentou o mapa da distribuição dos 250 novos peritos, ao que o Sr.
131 **Adroaldo da Cunha Portal** lembrou que o mapa com todos os peritos seria apresentado na reunião seguinte. Depois, o Sr.
132 **Rolando Medeiros** mencionou o Ofício Circular nº 107, sobre a obrigatoriedade de um infectologista para as perícias
133 médicas de portadores de AIDS, o que estava causando dúvidas nas agências. O Sr. **Adroaldo da Cunha Portal** explicou
134 que a Consultoria Jurídica (CONJUR) tinha orientado os peritos a fazerem as perícias mesmo para os casos de portadores
135 de AIDS, porém eles não poderiam deferir as solicitações, e o Estado teria o prazo de 30 dias para corroborar o ato pericial.
136 Relatou que, dos 3 mil peritos do INSS, apenas 32 eram infectologistas, e contou que estes profissionais analisariam os
137 documentos e decidiram pelo deferimento ou não, seguindo a premissa da perícia conjunta. Insistiu que os beneficiários
138 não seriam prejudicados e disse estar aberto a sugestões de como aprimorar o procedimento. Isto posto, o Sr. **Rolando**
139 **Medeiros** insistiu que a solução apresentada não era a realidade nas agências, onde muitos peritos estavam deixando de
140 atender os casos ou indeferindo as solicitações, a primeira hipótese sob orientação da Associação Nacional dos Médicos

141 Peritos (ANMP). Por fim, o **Senhor Presidente** esclareceu que o último item de pauta, o informe sobre instituições
142 pagadoras de benefícios, seria uma exposição do Presidente do INSS Gilberto Waller Júnior, que não estava presente.
143 Resumiu que a pauta trataria do aumento das reclamações recebidas desde o leilão da folha do INSS, em 2024, o que
144 resultou em uma representação da Ordem os Advogados do Brasil do Estado de São Paulo (OAB/SP). Informou que o
145 documento foi encaminhado à Força de Tarefa Previdenciária que, embora não tenha identificado fraudes, constatou o
146 descumprimento de cláusulas contratuais por parte da financeira que venceu o leilão. Disse que o tema seria retomado
147 na reunião subsequente e garantiu que as medidas cabíveis estavam sendo tomadas por parte do MPS. A Sra. **Márcia Eliza**
148 **de Souza** complementou que o INSS estava instalando processos com base nas reclamações.

149

150 **III – ENCERRAMENTO**

151 Finalizadas as discussões e não havendo mais nada a tratar, o **Senhor Presidente** agradeceu a presença de todos e deu por
152 encerrada a 315ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Previdência Social. E, para que tudo fique devidamente
153 documentado, eu, Jorge Luiz Reis Viana, Chefe de Projetos, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, será
154 aprovada pelo Colegiado. Brasília, 29 de julho de 2025.